

A função pedagógica da imprensa e a educação de mulheres entre os anos de 1901-1930 no jornal O Albor/SC

Resumo

Com o presente artigo procura-se discutir a educação de meninas e a profissão de professora em relação às normas comportamentais e representações de feminilidades pela ótica do Jornal O Albor na cidade de Laguna-SC, no período de 1901 a 1930. Em função do próprio objeto de pesquisa e do diálogo com estudos do campo a análise pauta-se pelo cruzamento de referenciais da história das mulheres e das relações de gênero sobre aquele contexto brasileiro. O jornal, enquanto fonte histórica, é visto em sua função pedagógica de difusão e, simultaneamente, de produção de representações, já que expressa concepções de mundo dos setores sociais aos quais o jornal estava associado. As edições do Jornal O Albor estavam disponíveis no Arquivo Público Municipal da cidade de Laguna, sendo analisados 800 exemplares deste periódico referente ao período estudado. Pode-se observar que a imprensa republicana do período de 1901 à 1930, em especial no jornal O Albor, representava professoras como expressão de amor, vocação e habilidade para o cuidado com as gerações futuras, concepção integrada ao discurso de modernidade vigente no período. A masculinidade dos professores esteve presente em raros momentos nos espaços do jornal.

Palavras-chave: Educação de Mulheres. Professoras catarinenses. Relações de gênero. Jornal O Albor. Imprensa Catarinense.

Fabricia Machado Fernandes

Universidade do Sul de Santa Catarina
fahhh.fernandes@gmail.com

Tania Mara Cruz

Universidade do Sul de Santa Catarina
tania.cruz@unisul.br

1. Introdução

Eric Hobsbawm em sua obra *Sobre História* (1998) enfatiza que o “passado” é uma dimensão permanente da consciência humana e está presente em todas as instâncias, instituições e valores da sociedade, como uma seleção de acontecimentos e do que será “oficialmente” lembrado, não sendo passível de ser captado em sua totalidade. O que fazemos são apenas aproximações.

A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. Isso é verdade e independe da escala geográfica ou cronológica utilizada em nossas investigações (HOBSBAWM, 1998, p. 92).

Para isso, recorre-se a acervos públicos e particulares, bibliotecas, depoimentos orais e outras fontes. Para entender as relações de gênero/mulheres associadas ao contexto educacional vigente entre os anos de 1901 a 1930, recorreremos aos arquivos históricos de Laguna/SC¹. Enfatizamos, nesse artigo, a educação de mulheres e o papel da imprensa, presentes no jornal O Albor.

Dialogamos com estudos da história das mulheres referente ao período, mas informadas que somos discussões de gênero do final do século XX e XXI não poderíamos deixar de analisar a (pouca) presença explícita dos homens e das masculinidades nos jornais da época. Das mulheres porque era de seus atributos, de como elas deveriam ser e se comportar que as matérias sobre as sociabilidades tratavam e para elas é que muitos dos discursos jornalísticos se dirigiam. Ao mesmo tempo, buscaremos trazer suas concepções de mundo e reivindicações. Nos textos jornalísticos do jornal O Albor, ao homem (quase) tudo era permitido e parecia não haver necessidade de ditar-lhe regras, menos ainda em relação à educação. Talvez pela masculinidade hegemônica ainda sofrer poucos abalos a partir das mudanças nas feminilidades daquele período. Não desconsideramos, todavia, que ocorriam espaços de sociabilidade masculina em que esse mesmo movimento de construção poderia se dar, como nos estudos de Fáveri (1996).

¹ Fontes documentais Jornal O Albor, de 1901-1930 – 800 exemplares – Arquivo Público de Laguna/SC

No Brasil, a História das Mulheres começa a ser escrita a partir da década de 1970-1980 com a inserção de um grande número mulheres nas universidades (LOURO, 1996) e buscava-se “resgatar” o sujeito mulher, até então, excluído das páginas da história. No decorrer do tempo, foi posta em questão a própria ideia de identidade homogênea de mulher e outras reivindicações foram aparecendo com a entrada de novas categorias de análise como orientação sexual, raça/etnia, religião, geração, entre outras.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007, p.287).

A preocupação com a desnaturalização e com o aspecto relacional abrem espaço para o conceito de gênero enquanto construção social de feminilidades e masculinidades, de homens e de mulheres, inclusive para o questionamento de que feminilidades seriam atributos do sexo feminino e vice-versa. Louro (1996) vai mais além ao afirmar que construção de masculinidades e feminilidades, implica ainda em discussão de pluralidade, ou seja, há diferentes sociedades com diferentes concepções e também dentro de uma mesma sociedade não há apenas uma feminilidade e uma masculinidade.

Por isso, nossa finalidade era verificar de que modo esse periódico representava e ao mesmo tempo, produzia significados de feminilidade no período de 1901 a 1930 no contexto educacional, verificando nele as notícias sobre o acesso à educação de meninas e a profissão de professora. Selecionamos o jornal O Albor, pois esse foi o periódico de maior longevidade na região sul de Santa Catarina e ser considerado como pertencente à grande imprensa (FERNANDES, 2009).

2. O periódico O Albor

De acordo com Carlos Henrique Carvalho (2004, p.47) “a pesquisa periódica vem sendo (re) visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes estarmos diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos”.

A análise da imprensa permite o contato com discursos situados tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. É o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtos procuram equilibrar o que ela quer vincular para o leitor conhecer, atendendo, ao mesmo tempo aos interesses e expectativas do consumidor. (CARVALHO, 2004, p.47)

Teixeira (1991) catalogou 28 jornais lagunenses no período de 1864 a 1900. De acordo com o autor, a grande maioria desses jornais não passou dos primeiros exemplares, devido à falta de recursos financeiros: “Eram escassos os colaboradores e a inexistência dos vendedores de exemplares avulsos inviabilizava a continuidade das publicações” (p. 88). Já no início do século XX, surge “O Albor”. Pallares-Burke (1998, p. 146) enfatiza que “muitos periódicos possuem títulos bastante reveladores, que aludem seu papel de guia e educadores da sociedade”. Nesse caso, “O Albor”, sinônimo de alvorecer enaltecia o início de um novo século e a difusão dos novos ideais de modernidade e conhecimento.

Celso Martins (2005) descreve a data de fundação como dia 15 de setembro de 1901, idealizado pelos adolescentes Adalberto Bessa, funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos de Laguna e Manoel dos Passos Bessa, sendo que Antônio Bessa assume a direção e edição do jornal em 1904. A primeira edição do jornal de apenas 11,5 x 15,5 cm e era composto por apenas uma coluna, trazendo abaixo do título a frase “Orgam pueril”, de tiragem quinzenal, cujo pagamento era por assinatura mensal ou trimestral. Talvez os idealizadores do projeto não tivessem ideia da dimensão que esse periódico alcançaria na cidade de Laguna. O principal editor estava vinculado ao Partido Republicano da cidade, e esse vínculo transparecia no jornal. Além das notícias de Laguna e da região, eram publicadas notícias de outros jornais e revistas do Brasil e do exterior e a partir da segunda década possuía correspondentes no Rio de Janeiro.

Foram analisados aproximadamente 800 exemplares do jornal “O Albor” no período de 1901 a 1930, do qual destacamos algumas notícias para compor esse trabalho. Adotamos como critério inserir as assinaturas (quando havia) durante a análise e para as notícias anônimas inserimos a sigla S.A – sem assinatura. As publicações selecionadas para este estudo foram transcritas utilizando a escrita original dos jornais. Para a análise

das fontes produzimos um diálogo com autores contemporâneos que tratam sobre o período, particularmente da história das mulheres, relações de gênero e imprensa.

3. A função (pedagógica) da imprensa

Para a produção do conhecimento histórico, a imprensa é uma fonte valiosa porque no início do século XX os periódicos eram muito acessados pela sociedade, sendo um dos poucos recursos com que a população letrada poderia contar para saber dos episódios ocorridos em sua cidade, região, país e até mesmo no mundo.

Como entender as representações e concepções de mundo expressas nos jornais? Quem editava, quem escrevia, para quem escrevia? Como as diferentes classes (ou setores de classe) eram representadas nos jornais ou como se utilizavam dele para exercer seu papel de hegemonia? Partimos de Gramsci (2001), para quem hegemonia é uma forma de difusão ideológica sem o uso da força, pois trabalha dentro da lógica do consentimento social.

Kurt B. Majyer (1967, p. 9) em *Classe e Sociedade* descreve que “não podemos compreender plenamente a vida social de seres humanos, se não levamos em consideração a forma como essas diferenças influenciam suas interações e modelam suas relações sociais”. Trazemos aqui o conceito de classe ampliado, partindo do pressuposto de que há na sociedade capitalista as classes fundamentais (burguesia e trabalhadores), mas que sua existência concreta aparece em modos de articulação que só são compreensíveis quando analisados no contexto de sua produção e em articulação com os demais setores sociais como setores médios e outros dentro das classes dominantes. E. P. Thompson (1987, p. 9) define “classe como um fenômeno histórico, que não pode ser limitado como uma estrutura ou uma simples categoria” e que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade.” (p. 10).

Um aspecto que nos chamou a atenção e que reforçava o uso ideológico do jornal dava-se no sentido do silenciamento das classes trabalhadoras e no uso explícito da vinculação de seus editores com o partido republicano. Não encontramos, por exemplo,

qualquer notícia sobre propostas partidárias ou sindicais sobre socialismo, anarquismo, ou ainda relatos sobre as greves que ocorriam nos grandes centros urbanos naquele período. Quando se referiam a homens e mulheres trabalhadores descreviam condições de trabalho ou, quando muito, ações individuais sem fazer referência às concepções de mundo desses grupos. Dentro do jornal a visão sobre as mulheres baseava-se na ideologia liberal acoplada ao positivismo e ao catolicismo. Dentro desse tripé é que se produzirá tanto a defesa quanto o ataque às propostas feministas no âmbito liberal dos direitos políticos, de educação ou mesmo no plano das sociabilidades permitidas.

Ao divulgar e buscar sedimentar determinados padrões sociais de mulheres e feminilidades, a imprensa, por agir de modo intencional, atua como educadora de modo não-formal. Partimos das concepções de Libâneo (2002, p. 97) para quem a educação não pode ser reduzida à instituição escolar: ela é “um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural”. Esses processos formativos inerentes a educação ocorrem por meio de diversas instituições e atividades que os sujeitos estão envolvidos. De acordo com esse autor estamos inseridos em uma sociedade pedagógica, no qual somos bombardeados de informações pelos diversos veículos formais, não-formais e informais de educação.

O que caracteriza a educação informal, de acordo com esse autor, é a falta de intencionalidade. Em relação à educação intencional, Libâneo (2002) distingue entre educação formal e não-formal. Libâneo (2002, p. 88) aborda que a educação formal é a estruturada e sistematizada. Um exemplo típico desse tipo de educação é a escolar. Já a educação não-formal é caracterizada como “atividades de caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas não-formalizadas” (p.89), sendo um exemplo de tipo de educação os meios de comunicação em massa. Essas diversidades de práticas educativas intencionais presentes na sociedade revelam-se como campos de atuação pedagógica. Assim, a imprensa, como um meio de comunicação social, também é um elemento dessa sociedade pedagógica, que ensina, propõe reflexões, problematizações, difundindo informações que são de seu interesse e nesse último sentido, agindo como produtora. Certamente é inegável que a imprensa exerce grande influência em meio a essa

sociedade pedagógica, pois além de um veículo de informação, a imprensa tende a massificar discussões sobre os mais variados temas, disseminar comportamentos, ideias e valores dentro do que se pretende afirmar como adequado para a sociedade.

No entanto, é necessário frisar que essas representações não caem num vazio social, porque a sociedade, por meio de seus inúmeros grupos, como nos apresenta Gramsci (1995), está em todo momento participando da elaboração dessas representações, quer transformando-as em ideologias orgânicas ou, utilizando de seus fragmentos compostos com outras ideias, produzindo ideologias arbitrárias. Ideologias orgânicas são constituídas por um conjunto de ideias e valores presentes nas relações sociais que legitimam e cristalizam formas sociais. (SEVERINO, 1986, p. 42). Dentro da própria ideologia liberal temos contradições no que se refere ao feminismo e à concepção de mulher, em movimentos de absorção de novas ideias e, ao mesmo tempo, manutenção de elementos estruturais de suas concepções, como a divisão sexual do trabalho.

Para Alves (1980) a imprensa, de modo geral, teve papel fundamental na luta das mulheres, pois nos jornais eram publicadas discussões parlamentares, entrevistas pessoais ou até mesmo piadas satirizando determinadas conquistas.

Como base da argumentação pró e contra está a “mística feminina”, que enfatiza as qualidades específicas da mulher e o papel que lhe é próprio na divisão social do trabalho. O debate na Imprensa traduz claramente esta mística, reproduzindo as opiniões de mulheres e homens que, apesar de se colocarem em campos opostos, argumentam de forma semelhante, enfatizando a especificidade da condição feminina. (ALVES, 1980, p. 152).

Para Dulcília Schroeder Buitoni (1990) os jornais destinavam-se a ambos os sexos e a ideia de imprensa destinada a cada um dos públicos só veio a constituir-se tardiamente em função da demanda de mercado, o que não impedia que mulheres fossem leitoras de periódicos destinados ao público masculino e vice-versa. Na mesma linha de pensamento de Buitoni (1990), Leriche de Castro Garzoni (2012, p. 40), discorre que, como qualquer instituição do período, a imprensa era controlada por homens em números e cargos

elevados, mas isso não significava que fosse exclusivamente masculina, pois mulheres também eram editoras de periódicos, às vezes com pseudônimos.

No jornal “O Albor” percebe-se uma série de representações difundidas sobre a mulher das primeiras décadas do século XX como donas de casa, responsáveis pelos afazeres domésticos, dedicadas a cuidar dos filhos e do marido. Busca-se com essa representação ideal de mulher afirmá-la como algo natural e não construído socialmente através das relações estabelecidas entre os sujeitos. Na edição de n.º 1003 de 8 de junho de 1923, temos um exemplo da difusão dessa representação de mulher: “ (...) A mulher é um ente frágil, delicada, que o Creador colocou sob a proteção do Homem. Este vive para os outros; a Mulher não, vive para o Homem”. Observamos que a representação centra-se na mulher de setores médios e não nas trabalhadoras das fábricas, do comércio, autônomas, enfim... Tais mulheres não estavam presentes nas representações do Albor, mas existiam na sociedade que as invisibilizava.

O acesso à educação feminina e a entrada das mulheres no mercado de trabalho por meio do magistério estavam atreladas às reivindicações do movimento feminista que ganhava força no Brasil no início do século XX e abalava a concepção de mundo vigente no período: uma sociedade hegemonicamente masculina. Por isso era comum, nas publicações veiculadas pela imprensa geral do período, em especial, no jornal O Albor, discussões a favor ou contrárias aos direitos das mulheres.

4. A educação e o trabalho das mulheres

Bárbara Heller (1997, p.23) ao discutir sobre as mulheres leitoras no Brasil entre os anos de 1890 a 1920 apresenta dados do IBGE sobre os índices de alfabetização de meninos e meninas no país nesse período, confirmando a lenta trajetória das mulheres nas escolas brasileiras e que nas duas primeiras décadas do século XX houve um aumento significativo na alfabetização de mulheres no Brasil². Para as mulheres de setores médios, podiam optar não só serem professoras como “assumir algum cargo subalterno no funcionalismo público” (ALVES, 1980, p. 97).

² Dados mais próximos da realidade urbana, já que não contavam com a população rural, nem com censos que dessem conta dessa realidade, segundo a própria autora.

Destaca-se, na época, a professora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Através dos jornais, desde meados do século XIX, a professora Diniz dizia “despertar” as brasileiras para a sua condição, suas necessidades e seu potencial. Hahner (1978) publicou dois textos da professora Diniz, um intitulado *O sexo feminino: o que queremos?* e *Igualdade de Direitos*. No primeiro texto a professora Diniz reflete sobre a passividade das mulheres perante os maridos e como o casamento era um meio de o homem fazer fortuna sem ter que trabalhar, apenas com o dote das esposas e aponta direitos que julgava importante para as mulheres como educação, instrução adequada e direito de ter acesso aos negócios da família para que “deixassem de ser enganadas por seus maridos”. Já no texto *Igualdade de direitos*, a professora Diniz destaca a importância dos direitos femininos e a emancipação política da mulher.

Jane de Almeida Soares (1998) afirma que o magistério no início do século XX era constituído em sua maioria por mulheres professoras, consideradas as disseminadoras da moral e dos bons costumes da população e que a profissão era vista como vocação, sacerdócio e oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. As mulheres defendiam essa entrada utilizando-se do próprio senso comum de “feminilidade educadora” para poderem aceder à profissão.

5. O direito à educação: meninas e professoras

As primeiras escolas públicas em Santa Catarina foram criadas a partir do século XIX. Em um levantamento realizado por Leonete Luzia Schmidt (2012), foi constatado que a primeira escola pública de Laguna foi criada somente a partir do decreto de 10 de setembro de 1830, por decreto do Imperador e destinada apenas para meninos.

Nesse mesmo período, o Conselho Geral da Província “ciente do deplorável estado da instrução em que se achava a mocidade da Província”, resolveu por unanimidade, criar na capital duas escolas públicas de primeiras letras, uma para meninos e outra para meninas e também uma escola do sexo masculino em Laguna (...) (SCHMIDT, 2012, p. 139)

No ano de 1834 houve a criação da primeira escola pública para meninas na cidade de Laguna e parece ter havido relação com a representação de educadora e civilizadora da mulher. De acordo com Schmidt (2012, p.152) eram raras as escolas para meninas, mas “o fato da mulher ter uma participação efetiva na educação dos filhos levou o Estado a preocupar-se com o acesso delas à instrução, levando-o a criar escolas públicas femininas na maioria dos municípios”.

Mas, até o início do século XX não houve aumento no número de escolas para meninas em Laguna. Em uma nota publicada no ano de 1905 na edição de nº 163 de 26 de novembro, há uma notícia no jornal O Albor assinada pelo Chefe Escolar Polydoro de S. Thiago, que descreve a quantidade de escolas públicas existentes na cidade.

“Para conhecimento dos interessados, faz-se público que os exames do final do corrente anno lectivo, nas escolas mantidas pelos cofres estadoaes, no districto desta cidade, realizar-se na ordem e dias seguintes: 1ª Escola do Sexo Masculino no dia 1 de dezembro; 1ª Escola do Sexo Feminino, no dia 7; 2ª Escola do Sexo Masculino no dia 5 e Escola Mixta no dia 6”.

Até o ano de 1905, existiam apenas quatro escolas públicas na cidade, sendo que uma dessas escolas era destinada a coeducação, ou também conhecida como escola mista. Hahner (2011, p. 468) argumenta que as escolas mistas começaram a se difundir pelo Brasil em meados de 1870 e Fabiana Freire França, *et. al* (2007) precisa que um dos documentos que contemplou a criação de escolas mistas foi o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro 1882-1884. Nesse Congresso foram abordados pareceres sobre a educação brasileira neste período, entre elas a implantação das escolas mistas.

O parecer 12º do Inspetor da Instituição Pública do Rio de Janeiro Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti corresponde a Co-educação dos sexos nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundaria e nas escolas normaes. Esse documento propôs a coeducação dos sexos como uma vantagem para o desenvolvimento da inteligência dos meninos e das meninas.

Sobre essa temática França, *et. al* (2007, p.11) analisa que uma das premissas das escolas mistas seria “diminuir a inimizade entre os alunos e os mestres, pois os sexos mistos permitiriam benefícios naturais, devido ao fato da figura feminina da professora

corresponder a não transmissão de rancor ou sentimentos semelhantes”. Essa parecia ser uma representação da professora como “bondosa e habilidosa com os meninos”, diferente dos professores homens que eram considerados muito severos.

Mesmo com as justificativas ideológicas públicas serem a feminilidade ideal, Hahner (2011) afirma que o principal fator para a criação desses espaços educacionais foi o econômico. Manter escolas segregadas por sexos era dispendioso para o Estado. A entrada das mulheres, já formadas em larga escala, significava força de trabalho de baixo custo: “o crescimento do número absoluto de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos mais desenvolvidos forneceu um grande potencial para eleição de professoras que podiam ser contratadas por salários inferiores” (p. 468).

Esses fatores contribuíram para a inserção da mulher no mercado de trabalho como professora, pois a regência das aulas mistas era destinada às mulheres. Maria Inês Sucupira Stamatto (2002, p. 7) descreve que as “professoras recebiam autorização para lecionarem para meninos até uma determinada idade, geralmente entre 12 e 14 anos e os homens não conseguiram esta permissão”. Em alguns casos, mesmo a escola sendo mista, meninos e meninas ficavam separados (HAHNER, 2011, p. 468). Nos textos da história da educação afirma-se que essa separação ocorria em dois ambientes, um destinado ao sexo feminino e outro para o sexo masculino, ou havia uma separação espacial dentro da mesma sala de aula.

No ano de 1912, na edição nº 501 de 21 de abril foi evidenciada uma notícia sobre um recenseamento educacional: “(...) pelo que sabemos, atingiu o número de 923 crianças, (...) sendo 457 do sexo masculino e 466 do sexo feminino, todas de idade entre 7 e 14 anos, distribuídas pelas 7 escolas desta cidade” (S.A). Por meio dessa notícia verificamos que, de 1905 para 1912, houve um aumento no número de escolas, das quais não sabemos quantas são mistas ou segregadas por sexo, porém podemos analisar que no intervalo de sete anos houve um equilíbrio no número de meninos e meninas frequentando as instituições de ensino em Laguna. Isso pode estar atrelado ao fato de que nesse período a presença de mulheres entre as professoras de Laguna também cresce.

Ao discutir a feminização do magistério, Cláudia Pereira Vianna (2001/02) aborda que já vinha acontecendo desde o século XIX nas chamadas escolas domésticas ou de improvisado e, no final do século XIX, quando a Educação passa a ser responsabilidade do Estado e há uma expansão do ensino público primário. Como vimos o ensino segregado por sexo estava dispendioso e as mulheres tiveram a oportunidade de mercado de trabalho quando foi instituída a coeducação. Para favorecer a masculinidade hegemônica reforçou-se a concepção de mundo na qual as mulheres professoras possuíam atributos relacionados à bondade, paciência, vocação e que eram ideais para cuidar dos futuros cidadãos brasileiros. A educação era vista como a extensão do lar, e a professora como uma “segunda mãe”.

Com o maciço ingresso feminino na escola, apesar da profissão de professora ter assumido contornos de maternidade e esculpir-se nos moldes de formação de boas donas de casa e mães de família, esse foi o primeiro passo dado pelas mulheres no período a fim de adquirir alguma instrução e conseguir o ingresso numa profissão (SOARES, 1998, p. 23).

Em relação às diferenças salariais, Magda Chamon (2006, p.7), cita que houve uma desvalorização do magistério ao ponto de ser desonroso para os homens permanecerem em salas de aula. Mesmo ganhando melhores salários, embora a legislação afirmasse que os salários deveriam ser iguais para ambos os sexos, houve uma evasão de homens do magistério primário. No Jornal O Albor, essa diferença salarial também foi evidenciada em 1904 na edição de nº 113 de 26 de novembro:

Foram reduzidos os vencimentos do corpo docente (...). O professor perceberá mensalmente 200\$ réis se a frequência fôr até 40 alunos, vencendo mais de 33\$333 por dezena até inteirar 300\$000 réis; a professora terá por mez 70\$000, aumentando na proporção estabelecida mais 5\$000, até perfazer 85\$000 réis. (S.A)

Podemos perceber a grande disparidade salarial entre professores do sexo masculino e professoras na cidade de Laguna: professores recebiam mensalmente salário de 200 mil réis até 300 mil réis; professoras ganhavam apenas de 70 mil réis até 85 mil réis. Uma diferença salarial de 285% ! No contexto do ensino público deste período era

vantajoso o ingresso das mulheres na sala de aula na cidade de Laguna, pois com o salário de um professor contratava-se três professoras mulheres.

Com a grande quantidade de mulheres para lecionarem no ensino público com baixos salários, a profissão de “professor” é desvalorizada e os homens abandonam as salas de aulas, ocupando cargos de poder como diretores, inspetores ou técnicos do estado para elaboração de leis educacionais.

Sobre a disseminação da concepção de mundo na qual as mulheres professoras são mais “adequadas” às salas de aula devido aos seus atributos “naturais”, no ano de 1914 na edição de nº 586 de 01 de janeiro foi encontrada uma notícia sobre as festas escolares na cidade de Laguna, sendo que: “(...) É sempre bastante agradável assistir-se as festas realizadas nas casas de instrução, onde, além do mais, a bondade das pacientes professoras se confunde com a infantil alegria de suas alunas”. Geralmente, nas festas de final do ano nesse período são expostos os trabalhos realizados pelas alunas, principalmente os trabalhos de agulha, que faziam parte apenas do currículo das meninas.

Sobre os currículos educacionais, já no século XIX e século XX já havia diferenças na grade de conteúdos, tanto para meninas quanto para meninos, mesmo que a escola fosse voltada à coeducação. A esse respeito, Chamon (2006, p. 6) enfatiza que as meninas só tinham direito à frequência da escola primária e o currículo escolar dava ênfase aos trabalhos de agulha e tesoura.

No levantamento do ensino público em Santa Catarina no século XIX, Schmidt (2012, p. 174) enfatiza que no ano de 1835 havia um mesmo programa de ensino para meninos e meninas. Isso pode estar associado ao fato de que havia raras escolas para o sexo feminino nesse período. A diferenciação dos currículos ocorreu só após o ano de 1843, pois “o conteúdo das escolas femininas passou a ser diferenciado sob a alegação de que o belo sexo não necessitava de tantas informações quanto os meninos”. Esse dado nos faz pensar: quais os fatores que levaram a esse retrocesso em um tão curto espaço de tempo?

Em Santa Catarina, enquanto os meninos tinham em seu currículo conteúdos de frações, proporções geométricas diretas, inversas e compostas, gramática, língua nacional e doutrina cristã, as meninas tinham que desenvolver as habilidades de ler, escrever, contar as quatro espécies, gramática da língua nacional e prendas domésticas necessárias à boa educação feminina (SCHMIDT, 2012, p. 176).

Sobre as disparidades referentes aos currículos, no ano de 1904 na edição nº 70 de 12 de fevereiro do jornal O Albor, temos a seguinte notícia:

Abriam-se a 8 do corrente as aulas d'este estabelecimento de educação. Acham-se matriculados nos cursos do Collegio 46 alumnos, sendo do 1.º anno 9; no 2.º 14; no 3.º 5 e no curso primário 18 alumnos. Funcionarão durante este anno aulas das seguintes disciplinas: 1.ªs letras, portuguez, francez, inglez, mathematica elementar, geografia geral e pátria, historia universal e do Brasil, estando além disto a cargo da professora do curso primário o ensino dos trabalhos de agulha. (S.A)

Novamente, vemos os trabalhos de agulha na grade curricular da instituição. Essa disciplina era destinada a “moldar” boas donas de casa. Schmidt (2012, p. 179) analisa que estes trabalhos de agulha ficavam na escola até ao final do ano, quando eram expostos e avaliados pelos inspetores. Depois dessa avaliação, os trabalhos podiam ser entregues à alunas ou ficavam com as professoras, quando estas forneciam o material necessário para a confecção desses trabalhos.

Em meio a tantas notícias sobre as professoras ser “o professor” também podia ser visto como uma extensão do papel paterno. Em uma notícia de 1928, na edição de nº 1265 de 5 de agosto assinada por Trujillo Ulysséa, ele descreve o que considera deveres dos professores:

“De todos os misteres, sem dúvida o que mais responsabilidade acarreta, é o do magistério. Em nossos tempos, ainda poucos compreendem o que seja um bom professor; homem que deve ser dotado de um certo desprendimento material, ele deve olhar para os seus discípulos como seus filhos, e ter a eles um grande amor; se os alumnos são do sexo feminino, deve trata-los, como um pae trata seus filhos”.

O primeiro atributo da masculinidade docente é ter desprendimento material, pois os homens que continuaram no magistério tiveram que se submeter aos baixos salários

pagos pelo Estado, portanto lecionar deveria ser por “amor” à profissão. Os alunos são vistos como discípulos, seguidores de seu mestre e, se alunas houvesse, deveria tratá-las como filhas. Representações diferentes de aluno e de aluna, demonstrando haver um distanciamento entre professor e aluna para evitar qualquer ideia de sexualidade, semelhante ao comportamento esperado das professoras em relação aos alunos do sexo masculino.

Durante essa pesquisa, no ano de 1919 na edição de nº 810 de 22 de junho, assinada pelo Inspetor José Duarte De Magalhães trazemos uma notícia sobre um processo seletivo para a contratação de professores, comuns na época, e na cidade de Laguna:

“Communico aos interessados que, por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, de 17 do corrente, foi prorrogada a época dos exames, para professores provisórios, até 15 de agosto do anno actual. Os candidatos que quiserem inscrever-se, o farão nesta Inspectoria, mediante requerimento sellado, acompanhado dos seguintes requisitos (...) d) licença dos maridos, se as casadas e licença paterna, se forem solteiras”.

O que nos chamou a atenção aqui foi a necessidade de autorização paterna ou marital, que era premissa instituída por lei n.º 3070 de 1º de janeiro de 1916, capítulo III, art. 242, dos direitos e deveres da mulher, que afirmava a necessidade de a mulher exercer profissão apenas com autorização do cônjuge.

Mesmo com a fundação de escolas para meninas e escolas mistas, corroborando com o grande número de mulheres que recebiam instrução, encontramos no jornal O Albor piadas que discutem a temática da educação de meninas. Pensamos também que “uma piada possui como propósito primeiro o de divertir, mas também podem ter como função, criticar, manter relações de poder e difundir preconceitos”. (Santos, 2010, p. 115) Nas piadas sobre a educação de meninas, observamos a disseminação do modelo hegemônico liberal não feminista deste período, que o espaço destinado ao “belo sexo” deveria ser o âmbito doméstico.

A primeira piada encontrada no jornal O Albor sobre a educação de meninas foi em 1916 na edição de nº 728 de 19 de novembro:

Uma moça inteligente depois de haver conquistado o diploma de normalista, é aconselhada por suas professoras a seguir o curso de psycchologia e outro especial de physiologia. Feita a despedida da escola, volta para casa e conta a sua mamãe as suas aspirações, mas a velha responde: - Minha filha depois de aprenderes cosinhologia, remendalogia, varrelogia e trabalhologia, então poderás estudar isso que desejas e que as tuas mestras te disseram. (S.A)

Não podemos esquecer que em 1916, as mulheres, principalmente as professoras, estavam à frente dos movimentos em prol dos direitos das mulheres, buscando a quebra de paradigmas no qual o sexo feminino era submetido e eram vistas como “más influências” para suas alunas. Vimos também um conflito geracional, na qual a mãe da estudante reforça a aprendizagem dos afazeres domésticos em detrimento das aspirações profissionais.

O medo da inversão de papéis ou da divisão sexual do trabalho, até então imposta socialmente, fazia crer que a mulher se masculinizasse e o homem se tornaria feminino. E o feminismo, mesmo o liberal com quem o jornal dialogava, colocava em cheque o conteúdo da divisão sexual do trabalho que poderia ser a ruína da família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, podemos compreender que na imprensa republicana do período de 1901 à 1930, em especial no jornal O Albor, difundiram-se representações de professoras como associadas ao amor, vocação e os cuidados com as gerações futuras, integradas ao discurso de modernidade vigente. Essa concepção de professora, ainda que integrante da concepção higienista presente na época, camuflou outros objetivos do Estado como a diminuição dos gastos com a educação, principalmente com a instalação de escolas mistas. Porém, contraditoriamente, permitiu o acesso à educação para as meninas de todas as classes e uma possibilidade às mulheres burguesas e dos setores médios daquele período trabalharem fora de casa, mesmo que para isso dependessem da autorização de seus pais e/ou maridos. Nesse contexto, a função pedagógica da imprensa teve um papel crucial, do qual o jornal O Albor fez parte.

Referências

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães**. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do Magistério e a (con)formação das Identidades Profissionais**. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_d_e_feminizacao.pdf> Acesso em 22.abril.2013.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido: a construção das elites-Itajaí, 1929-1960**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): 1996.

FERNANDES, Mário Luiz. **República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889)**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS): 2007.

FERNANDES, Mário Luiz (org). **Origens da imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: ADJORI-SC, 2009.

FRANÇA, Fabiana Freire; et. al. **A co-educação dos sexos na escola pública brasileira: 1870-1932**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/A%20CO-EDUCA%C7%C3O%20DOS%20SEXOS%20NA%20ESCOLA%20PÚBLICA%20BRASILEIRA.pdf> Acesso em jan. 2014.

GARZONI, Lericce de Castro. **Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. **Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX**. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/21453/19396>> Acesso em nov. 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HELLER, Bárbara. **Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)**. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 1997.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JINZENJ, Mônica Yumi. **O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX**. Disponível em: <
<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/255/80>> Acesso em 16. Out. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas redes do conceito de gênero**. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MAJYER, Kurt B. **Classe e sociedade**. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

MARTINS, Celso. **Uma história de coragem no sul do estado**. In: BALDESSAR, M.J.; CHRISTOFOLETTI, R. (Orgs). *Jornalismo em Perspectiva*. Florianópolis: [s.n], 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Cad. Pesqui. [online]. 1998, n.104

SANTOS, Nágila Machado Pires dos. **Piada: caracterização e conceituação de um gênero**. Disponível em: <
<http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem6/estudos/MARGEM3-Eo6.pdf>>
Acesso em 15.jan.2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986

SCHMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina 1830-1859.** . In: SCHMIDT, L.L.; SCHAFFASCHEK, R.; SCHARDONG, R. (Orgs). *A educação em Santa Catarina no século XIX: As escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época.* Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOARES, Jane de Almeida. **MULHER e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>> Acesso em 10.jan.2014.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil 1549-1910).** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>> Acesso em dez. 2013.

TEIXEIRA, Arilton. **Catálogo analítico descritivo dos jornais de Laguna (1864-1900): o jornal como fonte histórica.** Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

THOMPSON, E P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero na docência.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>> Acesso em 01.maio.2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.